rumo aos 100 anos

O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Sede Santo André: Rua Gertrudes de Lima, 202 **Fone:** 4993-8999
Sede Mauá: Av. Capitão João, 360 **Fone:** 4555-5500

Metalurgicos.SA.MA
www.metalurgicosantoandre.org.br

Edição 983 | 21 de fevereiro de 2018

Intervenção federal no Rio é uma medida drástica e inócua com resultado duvidoso

Página 2

Intervenção federal no Rio é uma medida drástica e inócua com resultado duvidoso

Se há um Estado brasileiro em que a presença de soldados do Exército nas ruas já virou uma rotina é o Rio de Janeiro. Nos últimos dez anos, foram pelo menos 12 operações com atuação das Forças Armadas, sendo uma delas ainda em andamento com cerca de 10.000 militares.

Porém, desta vez, o governo Temer surpreendeu, inclusive com repercussão no mundo todo, porque decretou a intervenção na segurança pública do Estado com base no Capítulo III do Título V da Constituição Federal. Desde a promulgação da Constituição, em 1988, é a primeira vez que um presidente da República decreta uma intervenção federal.

Que a segurança pública é um dos maiores problemas no Brasil, e não só no Rio, é inquestionável. Tanto que o tema deve dominar os debates na campanha eleitoral deste ano. Mas a medida adotada pelo presidente Michel Temer é, ao mesmo tempo, drástica, porque intervenção é sempre um ato unilateral e nada democrático, e inócua, com resultado duvidoso.

A intervenção é mais uma no estilo do presidente Temer que, em vez de dialogar com a sociedade os grandes temas nacionais, toma decisões com um grupo restrito de cupinchas. Foi assim com a reforma trabalhista e a reforma da Previdência.

Intervenção cria duplo comando no Rio

Na prática, o que essa intervenção significa? É como se o Rio de Janeiro passasse a ter dois comandos simultaneamente. O governador Luiz Fernando Pezão (MDB) para cumprir o mandato que lhe resta, exceto para a segurança pública. Esta área, tão problemática, agora fica nas mãos do interventor Walter Souza Braga Netto, general do Exército e chefe do Comando Militar do Leste. Quem tem dois governos, na verdade, não tem nenhum.

As especulações e dúvidas em torno da medida são inevitáveis até pelo momento em que a intervenção foi anunciada. Se o governo estivesse cumprindo o cronograma que ele mesmo estabelecera, nesta semana a Câmara dos Deputados estaria discutindo a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma da Previdência. Mas, como num passe de mágica, essa reforma saiu do radar com a desculpa de que a Constituição veta votação de qualquer PEC enquanto uma intervenção federal estiver em andamento.

Então, a reforma previdenciária foi enterrada de vez neste governo? Não. A qualquer momento pode vir uma "surpresa". Logo, é preciso alerta máximo. Com jornadas de luta como a que mobilizou milhares de trabalhadores em todo o Brasil nesta segunda-feira, dia 19.

Operação cara custou R$ 600 milhões sem dar resultado

Voltando à questão específica dos militares na segurança pública, vale o registro de alguns fatos. A ocupação no Complexo da Maré entre abril de 2014 e junho de 2015, por exemplo, teve um custo de aproximadamente R$ 600 milhões sem apresentar resultado que mereça ser destacado. Após um ano e dois meses de ocupação, o que ficou foram inúmeras denúncias da população sobre os abusos cometidos pelos militares.

Isso mostra que, enquanto o Estado falido não paga em dia nem o salário do funcionalismo público, o governo federal joga pelo ralo uma cifra milionária, tirada dos impostos que pagamos, em operações que não revertem em segurança para a população.

"Precisamos de escolas e creches, hospitais, projetos de geração de emprego e renda e políticas voltadas principalmente para juventude. Precisamos de uma intervenção que nos traga a vida e não a morte", diz a nota divulgada pela Federação das Associações das Favelas do Estado do Rio de Janeiro, ao rechaçar veementemente a intervenção.

Não é por acaso que, logo após o anúncio da intervenção federal no Rio, um vídeo feito por três jovens negros, dando dicas de como se proteger de abordagens indevidas, viralizou nas redes sociais. "Caso você seja parado e esteja em um ambiente público, por favor, grave com o seu celular. Ele ainda é o melhor e maior registro que a gente pode fazer", ensinam os jovens.

Não se resolve problema de segurança com medida isolada

"A intervenção pode momentaneamente transmitir sensação de segurança, mas, se não resolvermos algumas questões básicas da política de segurança do Rio, não vamos a lugar nenhum", declarou a socióloga Julita Lemgruber, ex-diretora do sistema penitenciário do Rio e coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), ao jornal "El País". Para a socióloga, a segurança pública é uma questão complexa que não se resolve com uma medida isolada.

Exatamente por ser uma questão tão complexa, que atinge todos, é dever de toda a sociedade organizada, incluso o movimento sindical, acompanhar os desdobramentos da intervenção no Rio de Janeiro, não se admitindo abusos contra os moradores e muito menos que se generalize para outras regiões do país. O Brasil precisa é de uma política de segurança pública discutida com todos os entes envolvidos e que ataque os reais problemas que levam insegurança à população.

Cícero Martinha
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

Não deixe teu patrão te enrolar

Se você for demitido, procure imediatamente o seu Sindicato antes de assinar qualquer documento. O Departamento Jurídico do Sindicato dará toda a assistência para que os seus direitos sejam respeitados. Você sabia que, nos últimos dois anos, o Sindicato, através do setor de Homologação, recuperou para os trabalhadores mais de R$ 1,4 milhão ao exigir das empresas o pagamento das diferenças constatadas nas verbas rescisórias? Sem esse trabalho do Sindicato a favor dos trabalhadores, toda essa grana ficaria no bolso do patrão.

É hora da mobilização pela PLR

O Sindicato já está entregando a pauta às empresas para dar início às negociações da PLR-2018. É hora, portanto, da mobilização no Chão de Fábrica por uma PLR digna para todos. Como o Sindicato vem alertando desde que o governo Temer veio com a reforma trabalhista, a união dos trabalhadores é muito importante para a manutenção das conquistas.

Para tanto, o primeiro passo é eleger uma comissão compromissada com a luta dos trabalhadores. Só com os trabalhadores e o Sindicato unidos temos a força de anular os efeitos da reforma trabalhista, que tem o objetivo de enfraquecer o movimento reivindicatório.

Companheiros da Prysmian

O Sindicato convoca os trabalhadores de todos os turnos, inclusive os que estiverem de folga, para uma **assembleia na próxima terça-feira, dia 27, às 14h.** O assunto a ser tratado é de interesse de todos. Por isso, a presença de cada um de vocês é muito importante.

| Federal Mogul |

Quinta terá plantão da Intermédica

Nesta quinta-feira, dia 22, das 13h às 15h, um representante da Intermédica dará plantão na Federal Mogul para atender os trabalhadores que tenham queixas do funcionamento do convênio médico ou queiram apresentar sugestões para melhorar o atendimento. O Sindicato tem recebido várias reclamações, por isso alerta que é importante os trabalhadores reforçarem os problemas para a própria Intermédica, a fim de cobrar melhorias.

PLR-2018. Também nesta quinta, às 10h, terá a primeira reunião para dar início ao processo de discussão da PLR-2018, com a montagem da comissão dos trabalhadores, informa o diretor Aldo.

| Forjafrio |

Nova reunião será na 2ª

Na mesa redonda realizada no dia 15 de fevereiro na DRT, a Forjafrio alegou que as negociações com seus clientes prosseguiam e que até esta quinta-feira, dia 22, terá uma posição definitiva sobre o futuro da empresa, informa o diretor Geovane. Assim, ficou agendada uma reunião no Sindicato para a próxima segunda-feira, dia 26, quando a empresa vai apresentar sua real situação para o Sindicato e a comissão. Após essa reunião, o Sindicato convocará os trabalhadores para uma assembleia.

Confira os novos acordos

O Sindicato continua fechando acordo salarial com as empresas, principalmente do Grupo 10. Portanto, se a empresa em que trabalha ainda não negociou, procure o Sindicato ou um de nossos dirigentes sindicais.

Acordos: Adi-Car; Andreolli; Alpharad; Bigecap; Cada Comercial; De Collin Industrial; G J Comércio e Manutenção; Ind. e Com. De Refrigeração Real; Jair Félix de Campos; Jericke Equipamentos; Jetbras; Luis Soares da Silva Manutenções; Márcio Rogério Tavares; Max Tec; Mecânica Adamastor; Motor Panamericano; Neivaz; Parva; Powertemp; Radiadores Europea; Senior; Tecnor; Usinagem Rostirola.

SINDICALIZE-SE

A reforma trabalhista ameaça precarizar as relações de trabalho com a retirada de direitos. É hora, então, de fortalecermos a organização no Chão de Fábrica com o Sindicato e os trabalhadores unidos em defesa dos direitos. A equipe de sindicalização do Sindicato estará nas seguintes empresas nos próximos dias.

Dia 26/2	Becka
Dia 27/2	Rebracil
Dia 28/2	Braniva/Romafe
Dia 1/3	Tupy
Dia 2/3	Mauá Benef. Peças

Não fique só.
Fique sócio!

Eleições da Cipa

Adriatic Service
Eleição: 27/2/2018 às 7h30

Paranapanema
Eleição: dias 6 e 7/3/2018

BSB Rolamentos
Inscrições: 8/1 a 26/2/2018
Eleição: 9/3/2018 às 15h

Novelis do Brasil
Inscrições: 14/2 a 28/2/2018
Eleição: 12/3/2018 das 5h30 às 14h30

Como o IR aumenta a desigualdade no Brasil

Quem ganha mais paga mais impostos que os mais pobres, certo? No Brasil, a realidade não é bem assim. Basta pegar o exemplo do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física). Um estudo que acaba de ser divulgado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) mostra que, em vez de cumprir o papel de distribuição de renda, o IR faz exatamente o contrário. Está aumentando a desigualdade entre os ricos e os pobres.

Há três anos sem o reajuste anual que reponha ao menos a inflação e com a tabela do IR defasada em 88,5% de 1996 até 2017 (veja Tabela 1 nesta página), o governo Temer se finge de morto e não cogita a correção da tabela também neste ano. O governo faz isso porque o IR é descontado na fonte, ou seja, direto do salário do trabalhador, então é uma arrecadação certa para o cofre da União. Não há como o trabalhador sonegar.

De 2005 a 2015 a tabela do IR teve correção anual

Entre 2007 e 2010, vigorou um acordo firmado entre as centrais sindicais e o então governo Lula que previa correção anual da tabela do IR em 4,5%. Mesmo sem a renovação desse acordo, esse percentual foi aplicado até 2014. Em abril de 2015, quando houve o último reajuste, a tabela foi corrigida de forma escalonada, com índice médio de 5,6%.

Assim, há três anos quem recebe até R$ 1.903,98 (rendimento equivalente a R$ 1,8 salário mínimo) está isento do IR. Se a tabela do IR fosse corrigida em 88,5%, para acabar com a defasagem, a faixa de isenção subiria para R$ 3.589,00.

Além disso, com a tabela de cinco faixas de renda e alíquota máxima de 27,5%, cada vez mais trabalhadores de baixa renda têm imposto retido na fonte, enquanto qualquer renda acima de R$ 4.664,68 (R$ 5.000,00, R$ 30.000,00 ou R$ 100.000,00) é taxada em 27,5%. Veja na tabela 2 que o Brasil já teve até 16 faixas de renda e alíquota de até 60%. Foi a partir de 1989, fim do governo Sarney, que houve a redução drástica no número de faixas para apenas três, situação que só foi modificada em 2009 quando a tabela passou a ter cinco faixas.

Por esta realidade em que o governo cobra muito imposto da população de baixa renda, sem oferecer em troca serviços públicos eficientes em áreas essenciais como Saúde, Educação e Segurança, o Dieese defende a correção anual da tabela do IR pela inflação e a criação de mais duas faixas de renda, elevando a alíquota máxima para 35%, como um mecanismo de distribuição de renda.

Tabela 1

Correção da tabela do IR – 1996 a 2017

Ano	IPCA	Reajuste da tabela	Defasagem no ano
1996	9,56%	0%	9,56%
1997	5,22%	0%	5,22%
1998	1,65%	0%	1,65%
1999	8,94%	0%	8,94%
2000	5,97%	0%	5,97%
2001	7,67%	0%	7,67%
2002	12,53%	17,5%	-4,23%
2003	9,30%	0%	9,30%
2004	7,60%	0%	7,60%
2005	5,69%	10%	-3,92%
2006	3,14%	8%	-4,50%
2007	4,46%	4,50%	-0,04%
2008	5,90%	4,50%	1,34%
2009	4,31%	4,50%	-0,18%
2010	5,91%	4,50%	1,35%
2011	6,50%	4,50%	1,92%
2012	5,84%	4,50%	1,28%
2013	5,91%	4,50%	1,35%
2014	6,41%	4,50%	1,83%
2015	10,67%	5,60%*	4,81%
2016	6,29%	0%	6,29%
2017	2,95%	0%	2,95%
Acumulados			
Jan/1996 a Dez/2017	295.14%	109,62%	88,5%
Jan/2003 a Dez/2017	141,03%	78,40%	35,10%

*Índice médio
Fontes: IBGE, BCB e Receita Federal

Tabela 2

Faixas de renda e alíquotas do IRPJ

Período de vigência	Número de faixas	Alíquotas
1976 a 1978	16	0 a 50%
1979 a 1982	12	0 a 55%
1983 a 1985	13	0 a 60%
1986 a 1987	11	0 a 50%
1988	9	0 a 45%
1989 a 1993	3	0 a 25%
1994 a 1995	4	0 a 35%
1996 a 1997	3	0 a 25%
1998 a 2008	3	0 a 27,5%
A partir de 2009	5	0 a 27,5%

Fonte: Receita Federal

CURTA O FACE DO SINDICATO
metalurgicos.SA.MA

O METALÚRGICO
Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Presidente: Cícero Martinha **Diretores responsáveis:** Osmar Cesar Fernandes e Geovane Correa
Jornalista responsável: Marina Takiishi MTb 13.404
Fotos: Rossini Handley **Editoração Eletrônica:** Neusa Taeko